

PROTAGONISMO JUVENIL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA BAHIA: IMPACTOS DA LEI 10.639/2003

Sandra Lúcia Pita de Oliveira Pereira¹
 Graça Regina Armond Matias Ferreira²

RESUMO

A Bahia, diferenciada e reconhecida pela sua diversidade cultural, enfrenta o desafio de incorporar, valorizar e incluir a Lei 10.639/2003 nas escolas públicas, desde a educação infantil até a educação básica. Essa lei visa corrigir distorções proporcionadas por anos de omissões, fomentando o espaço do protagonismo juvenil, especialmente entre estudantes negras e negros, permitindo a compreensão de sua identidade e história de forma digna e respeitosa. Com o objetivo de articular junto aos estudantes, através da Lei 10.639/2003, a intersecção entre educação, identidade e participação social nas aulas de Iniciação Científica, o protagonismo juvenil aparece como conceito fundamental e convida os alunos do EMITec a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, além da apropriação dos objetos de aprendizagens que permitam o reconhecimento do seu próprio valor e desistabilizando as narrativas históricas que marginalizam suas experiências. Com a finalidade de tornar a escola um espaço de resistência e empoderamento dos jovens que buscam um futuro mais justo, se organizam e manifestam as suas vozes, desafiando as estruturas de desigualdade que ainda possam persistir durante o período escolar. A abordagem metodológica adotada na pesquisa-formação envolve a combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, criando um espaço de diálogo e reflexão que favorece a construção do conhecimento colaborativo entre estudantes, educadores e a comunidade. A análise dos dados coletados foi realizada utilizando-se métodos de categorização, permitindo identificar temas recorrentes e padrões que refletissem os impactos da Lei 10.639/2003 no protagonismo juvenil. Compreender como os jovens se apropriam desses conteúdos e se engajam no processo educacional é crucial para responder à questão central da pesquisa. Para construir um futuro social mais enriquecedor nas escolas públicas da Bahia, é imprescindível que as futuras políticas educacionais sejam orientadas pelos princípios da inclusão e do respeito à diversidade cultural.

Palavras-chave: Diversidade cultural, Protagonismo juvenil, Pesquisa-formação, Participação social, Identidade.

INTRODUÇÃO

A Bahia, um estado diferenciado e amplamente reconhecido pela sua profunda diversidade cultural e rica herança afro-brasileira, confronta-se com o imperativo ético e pedagógico de incorporar e valorizar plenamente a Lei Federal nº 10.639/2003 em sua rede de ensino. Esta legislação, que torna obrigatório o ensino da história e cultura

¹ Licenciada em Química (UFBA). Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC/UNEB) Especialista em Competências Educacionais (FTC). Professora de Química e Iniciação Científica na Rede Estadual da Bahia (EMITec/SEC/BA). Professora Articuladora de Objetos de Aprendizagem da Área de Ciências da Natureza EMITec. Contato: sandrapita@uol.com.br,

² Licenciada em Ciências Biológicas (UCSal). Especialista em Tecnologias na Educação (PUC-RJ). Mestre em Engenharia Ambiental (UFBA). Doutora em Ensino, Filosofia e Histórias das Ciências (UFBA). Professora de Biologia, Ciências e de Iniciação Científica na Rede Estadual da Bahia (EMITec/SEC/BA). Professora Articuladora de Aprendizagem e Avaliação da Área de Ciências da Natureza EMITec. Contato: graca.ferreira@enova.educacao.ba.gov.br

africana e afro-brasileira, visa corrigir distorções históricas e anos de omissões curriculares, estabelecendo a escola pública, como um espaço de fomento ao protagonismo juvenil e de compreensão da identidade e história de forma digna e respeitosa. Nas instituições de Ensino básico do estado da Bahia, a Educação Antirracista é trabalhada em atividades pedagógicas como temática nas aulas com Intermediação Tecnológica, voltadas inteiramente ao cotidiano dos estudantes e de forma interdisciplinar.

O Novo Ensino Médio, aprovado em 2017 e com implementação gradual prevista a partir de 2025, nasceu de uma necessidade estrutural de reformular a última etapa da Educação Básica brasileira, tradicionalmente marcada pela ineficácia pedagógica e pelo desengajamento estudantil. Esse arranjo resultava em estudantes recebendo uma “quantidade mínima” de conhecimento em diversas áreas, sem a profundidade necessária para articular os saberes de forma integrada. A reforma visou precisamente combater essa superficialidade, definindo uma nova organização curricular mais flexível. O eixo dessa flexibilização são os Itinerários Formativos, áreas de aprofundamento escolhidas pelos alunos que visam religar os conhecimentos em um pensamento autônomo e crítico, conforme preconizado por Edgar Morin.

É neste contexto de transformação educacional e reparação histórica que a presente pesquisa se insere. O objetivo central é articular, nas aulas do Itinerário Formativo de Iniciação Científica (IC), a intersecção vital entre a Lei 10.639/2003, a identidade estudantil e a participação social. Para tal, o Protagonismo Juvenil surge como o conceito fundamental, convidando estudantes negros e negras do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) a se reconhecerem como agentes de mudança em suas comunidades.

A educação antirracista na Educação Básica, está respaldada na Lei 10.639, de 2003, do documento que organiza a educação básica no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Os conteúdos trabalhados na escola deve incluir, segundo a Lei 10.639, “luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil”.

Para Moraes (2021), o racismo é descrito como uma construção humana,

A humanidade construiu, ao longo de sua história, muitas condutas e ideias equivocadas. O racismo é uma delas e a sua criação está ligada ao interesse de um determinado grupo humano em dominar, explorar e excluir outro grupo. Para exercer tal poder, não bastava a força das armas; então, se elaborou uma justificativa para essa opressão. A ideia básica seria convencer



os alvos do racismo e os demais de que as pessoas a serem dominadas seriam inferiores, ou perigosas, ou mesmo indignas de qualquer direito. E, por isso, caberia e seria justo inferiorizá-las, oprimi-las e, até mesmo, exterminá-las.

A estreita relação entre o protagonismo juvenil e a educação antirracista está se tornando cada vez mais importante e essencial nos dias atuais, exigindo um olhar atento dos educadores. É igualmente relevante recordar a rica história e cultura da população afrodescendente na Bahia, que por muito tempo foi marginalizada e sub-representada. A promoção de uma maior equidade e representatividade em todos os âmbitos da sociedade, especialmente nas instituições de ensino e nas comunidades onde essas pessoas vivem e se relacionam diariamente. É extremamente pertinente e importante abordar esse assunto em profundidade.

Os estudantes negros enfrentam diversos desafios cotidianos, como o racismo estrutural, que se encontra amplamente presente nas instituições educacionais, tornando o ambiente de aprendizagem muitas vezes hostil. Esses jovens lidam com estereótipos prejudiciais disseminados pela sociedade ao longo do tempo, e a carência de materiais didáticos que representem de maneira adequada e justa a diversidade étnico-racial é alarmante. Essas questões não são superficiais, pois contribuem para uma compreensão mais aprofundada do tema da intermediação tecnológica, a qual é crucial para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade.

A apropriação dos objetos de aprendizagem pela via da Iniciação Científica permite que os jovens se engajem ativamente na desestabilização de narrativas históricas que marginalizam suas experiências, possibilitando o reconhecimento de seu próprio valor. A finalidade maior deste projeto é transformar a escola em um espaço de resistência e empoderamento, onde os jovens se organizam, manifestam suas vozes e desafiam as estruturas de desigualdade que, lamentavelmente, ainda podem persistir durante o período escolar.

Para alcançar este entendimento em profundidade, a pesquisa adotou a metodologia da Pesquisa-Formação, uma abordagem que privilegia a reflexão dialógica e a construção do conhecimento de forma colaborativa entre estudantes, educadores e a comunidade. A coleta de dados combinou técnicas qualitativas e quantitativas, e a análise foi realizada utilizando métodos de categorização. Isso permitiu identificar temas recorrentes e padrões que refletem os impactos concretos da Lei 10.639/2003 no desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Compreender como os jovens se apropriam desses conteúdos e o modo como se engajam no processo educacional é crucial para responder à questão central desta investigação. Os resultados, portanto, não apenas oferecem um panorama da situação atual, mas também se destinam a subsidiar futuras políticas educacionais nas escolas públicas da Bahia, que devem ser firmemente orientadas pelos princípios da inclusão, do respeito à diversidade cultural e da edificação de um futuro social mais justo e enriquecedor.

METODOLOGIA

A articulação entre teoria e prática pedagógica é central para a promoção de uma educação engajada com a justiça social. Nesse sentido, a metodologia da Pesquisa-Formação (PF), aliada à pedagogia de projetos, estabeleceu o arcabouço ideal para a condução do estudo, transformando a dinâmica tradicional da sala de aula e conectando o aprendizado à realidade dos alunos.

Com o propósito de contextualizar uma aula de Iniciação Científica com a abordagem na Lei 10.639/2003, os alunos foram estimulados a selecionar artigos para discussão em sala de aula, com a finalidade de criar argumentos para abordar o protagonismo juvenil e o lugar do estudante negro dentro das relações étnico-raciais e permitir uma tomada para conscientização sobre as questões relacionadas à identidade negra. O conteúdo traz à tona de como essa cultura está correlacionada a todas as áreas do conhecimento do Ensino Médio.

Segundo Santos (2019), temos em potência mídias interativas e aprendizagem colaborativa para além da autoaprendizagem e da mídia de massa. Já podemos aprender com o outro mediado por tecnologias que permitem de fato que esses “outros” se encontrem. A PF transforma o aluno de mero objeto de estudo em um sujeito ativo no processo de investigação, sublinhando a intrínseca relação entre a pesquisa (a investigação de um problema) e a formação (o desenvolvimento contínuo de habilidades e conhecimentos). Essa metodologia se fundamenta em abordagens interdisciplinares e participativas, fomentando a construção do conhecimento de maneira colaborativa e promovendo a discussão e a reflexão crítica sobre as relações no contexto educacional.

O Desenho Pedagógico: Projetos, Protagonismo e Interdisciplinaridade

Ao utilizar a pedagogia de projetos, a Pesquisa-Formação estimula o aprendizado ativo e significativo, priorizando questões relevantes da vida real que espelham tanto os interesses dos educandos quanto as demandas sociais. Essa abordagem é inherentemente interdisciplinar, integrando diversas áreas do conhecimento para promover a criatividade, o pensamento crítico e a colaboração. O desenvolvimento dos projetos ocorre em etapas bem definidas, que incluem a identificação de problemas, a pesquisa, a elaboração de soluções e a apresentação dos resultados, favorecendo a aplicação prática do conhecimento e preparando os educandos para os desafios contemporâneos. No papel de facilitadores do processo, os educadores encorajam os estudantes a fazerem pesquisas autônomas, formularem perguntas investigativas e colaborarem em equipes, capacitando-os a atuar na vida pública e a desenvolverem sua autonomia intelectual.

Para contextualizar o percurso da Iniciação Científica com a abordagem da Lei 10.639/2003, os alunos foram estimulados a selecionar e discutir artigos pertinentes em sala de aula. Esse processo visou a criação de argumentos sólidos para debater o protagonismo juvenil e a posição do estudante negro dentro das complexas relações étnico-raciais.

Essa estratégia permite uma conscientização mais profunda sobre as questões relacionadas à identidade negra, evidenciando como a cultura africana e afro-brasileira está correlacionada a todas as áreas do conhecimento do Ensino Médio. Para que a IC seja eficaz como veículo de discussão étnico-racial e estímulo ao protagonismo, é fundamental que as práticas didáticas incorporem ativamente o protagonismo juvenil. Isso garante que o aluno esteja no centro da tomada de decisões, desde a escolha do tema de pesquisa até a apresentação final.

A tecnologia atua como um elemento facilitador crucial, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo para além da autoaprendizagem ou da mídia de massa. Mídias interativas e plataformas colaborativas potencializam a troca de saberes e permitem que "outros" se encontrem e construam conhecimento de forma mediada.

Ferramentas digitais são utilizadas especificamente para explorar questões étnico-raciais e suas interações com a história da ciência. Ao fazer isso, a experiência educacional se torna enriquecedora porque desmistifica a ciência, apresentando-a como uma prática humana e, mais importante, como uma poderosa aliada na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva. O pensamento crítico se desenvolve ao se estabelecer uma conexão indissociável entre ciência e sociedade, onde os alunos aprendem que a

produção do conhecimento científico não é neutra, mas possui implicações profundas para a justiça social e a equidade.

A conjugação da Iniciação Científica (IC), do Letramento Científico Crítico e da abordagem de Questões Étnico-Raciais (QER) no Novo Ensino Médio resulta em uma sinergia pedagógica de alto impacto, que cumpre as promessas mais profundas da reforma curricular.

O letramento científico aplicado à realidade social dos educandos e as práticas didáticas que valorizam o protagonismo geraram uma formação mais consciente sobre as desigualdades presentes na sociedade. O Letramento Científico Crítico, ao articular a investigação sobre estruturas sociais e econômicas, capacita os estudantes a tomar decisões informadas e responsáveis. A IC contribui para a autonomia intelectual, para a formação ética, moral e social dos alunos.

RESULTADOS

O sucesso da Iniciação Científica com foco em questões étnico-raciais está diretamente ligado às metodologias ativas que valorizam a autonomia e a voz dos estudantes. A potencialização das dimensões positivas do processo é evidente, resultando em maior engajamento dos estudantes. Ao lidar com questões que tocam diretamente suas vidas e identidades, o interesse dos alunos dispara. A pesquisa deixa de ser uma tarefa abstrata e se transforma em uma ferramenta concreta de intervenção na realidade. Quanto à formação mais consciente, o mais relevante é a construção de uma formação cidadã que esteja ciente das desigualdades sociais, raciais e históricas presentes na sociedade. O pensamento crítico, alimentado pela ciência, leva os jovens a não apenas reconhecerem essas disparidades, mas a se sentirem compelidos a buscar soluções e a atuar como agentes de mudança, reforçando a formação ética, moral e social.

A IC, mediada pela tecnologia e focada na diversidade, incentiva o desenvolvimento de um pensamento crítico que permite aos jovens estudantes adquirir conhecimentos no campo da ciência e, simultaneamente, reconhecerem sua identidade étnico-racial no ambiente escolar, capacitando-os a tomar decisões informadas e responsáveis em relação à sustentabilidade social.

A capacidade de discussão sobre desigualdades sociais, raciais e históricas, potencializada pelo método investigativo, impede que a educação se limite a uma reprodução acrítica do conhecimento. O modelo proposto demonstrou que a escola pode



ser um local de denúncia e anúncio de superação, como preconizado pela pedagogia social crítica.

A Tabela 1 resume como o modelo IC/QER se posiciona como uma resposta eficaz aos problemas estruturais que motivaram a reforma do Ensino Médio.

Tabela 1: Dimensão de Impacto: IC, Letramento Crítico e Protagonismo

Dimensão de Impacto	Mecanismo Pedagógico Central (IC)	Resultados Corroborados pela Pesquisa	Fontes de Corroboração (Contexto Acadêmico)
Consciência Crítica	Investigação aplicada a questões sociais (QER)	Maior conscientização sobre desigualdades raciais e históricas; análise das estruturas sociais.	Narrativas dos Educandos; Desnaturalização das desigualdades
Protagonismo Juvenil	Escolha de itinerário e participação ativa na pesquisa.	Maior engajamento, autonomia intelectual e capacidade de atuação na vida pública.	Desenvolvimento da autonomia intelectual; Engajamento superior
Letramento Científico	Uso de metodologias e linguagem científica	Aquisição de novos conhecimentos sobre métodos e estímulo ao interesse por pesquisa.	Letramento Científico como prática imprescindível; Desenvolvimento de habilidades investigativas
Identidade Educacional	Discussão aberta de temas étnico-raciais e História da Ciência	Reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial em ambiente escolar.	Aquisição de conhecimento e oportunidade de reconhecimento identitário para jovens negros

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao incorporar a História das Ciências e as relações étnico-raciais no ensino, a tecnologia atua como um desestabilizador pedagógico. Ela permite que os estudantes investiguem e analisem criticamente a ciência sob uma ótica antirracista, confrontando a narrativa tradicionalmente eurocêntrica e higienista. Dessa forma, a intermediação tecnológica não é vista como um mero acessório, mas como um meio ativo de mitigar a desigualdade de acesso e fomentar a colaboração crítica em torno de temas sociais sensíveis.

Para promover os conteúdos de forma a evidenciar o protagonismo juvenil, faz-se necessário para que, os estudantes criem novas referências a partir de produções artísticas, intelectual e social, que auxiliarão no questionamento sistemático e repertório incrementado permitindo a ampliação da imaginação e o desenvolvimento de um pensamento crítico.

É fundamental que este debate prossiga de maneira ampla e abrangente, englobando todas as vozes e assegurando que as opiniões dos jovens sejam sempre ouvidas, respeitadas e valorizadas em sua totalidade. Isso é imprescindível para a realização de uma autêntica e efetiva transformação social que leve em consideração as particularidades e necessidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

EDUFPI, 2019. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MORAES, RAFAELA RAMOS DE. **Trilhos da Alfabetização: por uma educação antirracista** (Maranhão) / FGV DPGE. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. 80 p.

MORIN, EDGAR. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PINHEIRO, BÁRBARA CARINE SOARES. **Como ser um educador antirracista [livro eletrônico]**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, EDMÉA. **Pesquisa-formação na cibercultura / Edméa Santos**. – Teresina: EDUFPI, 2019.